



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO TARCÍSIO
MOTTA – PSOL/RJ

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DECÊNIO
2024-2034 (PL 2614/24)

EMENDA Nº / 2025

Emenda ao Substitutivo do PL
2614/2024, referente ao Artigo 25º.

Dê-se ao art.25º do Substitutivo do Relator do Projeto de Lei nº 2614, de 2024, a seguinte redação, acrescentando:

“Art. 25.
.....

§ 4º A pactuação de que trata o caput fica condicionada:

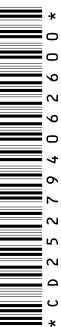
I – à prévia observância do disposto no art. 206, inciso I, da Constituição Federal; e

II – à comprovação, segundo indicadores oficiais, de evolução no cumprimento de metas de acesso e de rendimento escolar, de melhoria das condições de ensino e da aprendizagem e de redução das desigualdades educacionais, consideradas, no mínimo, as dimensões de raça/cor, sexo e nível socioeconômico.”

JUSTIFICATIVA

O texto proposto aperfeiçoa o texto do relator sem afastar sua finalidade, e traz ganhos de coerência normativa, segurança jurídica e efetividade:

Âmbito de aplicação mais adequado.
O original limitava a condicionante a “ações destinadas a avanços para patamares superiores de infraestrutura”. O proposto universaliza a incidência para toda a pactuação prevista no caput, evitando lacunas e garantindo que qualquer apoio técnico ou financeiro esteja alinhado à equidade, inclusive quando envolver infraestrutura.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO TARCÍSIO
MOTTA – PSOL/RJ

Ancoragem constitucional explícita.

Inclui a prévia observância do art. 206, I, da CF/88 (igualdade de condições de acesso e permanência) como condição expressa, convertendo princípio em baliza operacional e evitando pactuações que, mesmo com bons indicadores, possam ampliar assimetrias de acesso e permanência.

Qualidade entendida como condições + resultados.

Além de “melhoria da aprendizagem” (mantida), o texto agrega “melhoria das condições de ensino”, reconhecendo que resultados dependem de insumos, ambiente pedagógico e organização do trabalho escolar. Evita-se, assim, o foco exclusivo em desempenho, coerente com uma visão integral de qualidade.

Mensuração padronizada e verificável.

A exigência de comprovação “segundo indicadores oficiais” sai da posição final e passa a vincular todas as dimensões de monitoramento, garantindo comparabilidade, transparência e controle social. Mantém-se a desagregação mínima por raça/cor, sexo e nível socioeconômico, permitindo ampliar recortes quando necessário.

Continuidade e aprimoramento do conteúdo original.

Preservam-se os núcleos do § 4º vigente — metas de acesso, rendimento escolar, melhoria do processo de ensino-aprendizagem e redução de desigualdades —, agora organizados de forma mais clara, com critérios objetivos e comando vinculante, o que reduz discricionariedade e eleva a efetividade das pactuações.

Em síntese, o § 4º proposto transforma um requisito restrito e genérico em condição geral, constitucionalmente ancorada e mensurável, assegurando que a cooperação federativa promova acesso, permanência e ensino-aprendizagem com equidade.

Sala da Comissão, em ____ de outubro de 2025

Deputado Tarcísio Motta
PSOL - RJ

